

ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 24-4-2019.

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Alvoni Medina, Dr. Goulart, Hamilton Sossmeier, José Freitas, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulo Brum e Prof. Alex Fraga. Constatada a existência de quórum, a Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Paulinho Motorista, Professor Wambert, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 027/19 (Processo nº 0046/19), de autoria de Aldacir Oliboni; o Projeto de Lei do Legislativo nº 155/18 (Processo nº 1341/18), de autoria de Aldacir Oliboni e Marcelo Sgarbossa; o Projeto de Lei do Legislativo nº 057/19 (Processo nº 0108/19), de autoria de Comissário Rafão Oliveira; o Projeto de Lei do Legislativo nº 043/19 (Processo nº 0081/19), de autoria de Engº Comassetto; o Projeto de Lei do Legislativo nº 046/19 (Processo nº 0089/19), de autoria de Mendes Ribeiro. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Prof. Alex Fraga, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª Sessão, os Projetos de Lei do Executivo nºs 003 e 004/19. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Nelcir Tessaro, Idenir Cecchim, Moisés Barboza, Cláudio Janta, Comissário Rafão Oliveira, Roberto Robaina e Mauro Pinheiro. Às quinze horas e dezesseis minutos, em face de deliberação do Colégio de Líderes, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell, Mônica Leal e Mendes Ribeiro e secretariados por Alvoni Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0168/19 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 004/19, que altera o inc. VIII do *caput* e o inc. II do § 2º do art. 9º; os incs. IV, V, VI e VII do *caput* do art. 13; os incs. II, III e IV do *caput* do art. 15; o § 2º do art. 17; o § 2º do art. 21; o *caput* do art. 24; o *caput* do art. 25; o *caput* e os §§ 1º, 2º, 4º, 6º e 7º do art. 26; o *caput* do art. 29 e os Anexos I, II, III, IV e V; e inclui o art. 16-A; os §§ 8º, 9º, 10 e 11 no art. 21 e o § 12 no art. 24, todos da Lei nº 11.062, de 6 de abril de 2011, que autoriza o Executivo Municipal a instituir o Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família (IMESF).

PROC. Nº 0167/19 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 003/19, que autoriza a contratação por prazo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, de recursos humanos para a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) durante a Operação Inverno.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica Leal, nossa Presidente; quero agradecer ao colega Marcelo Sgarbossa, líder da nossa bancada, aos vereadores Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, integrantes desta bancada, e tecer alguns comentários aqui, hoje, sobre a questão da municipalidade.

Eu gostaria de ouvir os líderes do governo. Sinceramente gostaria de ouvi-los, para que fizessem uma análise sobre a última pesquisa de opinião acerca do desempenho do Sr. Prefeito Municipal, dos seus secretários e do seu governo. Aquilo que a gente vem dizendo sistematicamente e vem colocando aqui está demonstrado na recente pesquisa, dizendo que o governo vai mal, que as coisas vão mal no Paço Municipal. Felizmente, há alguns secretários e alguns representantes do governo que têm mantido um processo de civilidade conosco. Inclusive o líder do governo, pelo menos da minha parte, temos discutido, mas é preciso, Ver. Mauro Pinheiro, Ver. Moisés Barboza e os partidos que compõem a base do governo, ter a humildade de vir aqui reconhecer que há problemas, que é necessário encetar o verdadeiro diálogo.

O governo veio perguntar para a bancada do Partido dos Trabalhadores sobre a nossa posição, Ver. João Bosco Vaz, Ver. Janta, qual é a nossa posição sobre o IPTU. A nossa posição não mudou, nós somos pela efetiva reavaliação da Planta Genérica de Valores. Mas eu pergunto aos senhores: o projeto de lei que está aqui em

nossas mãos, depois que foi implementada a famosa maquininha de calcular a partir do valor venal, é uma reavaliação efetiva da planta de valores, ou é um aumento camuflado de um tributo municipal importante, sem dúvida nenhuma? É, na verdade, um aumento camuflado do IPTU – esse é o problema! Oliboni, quando fomos ao Paço Municipal, Sgarbossa, conversar com o perfeito, ele dizia: “Faça a emenda sobre a questão dos vazios urbanos”. Só que, concomitantemente, o Sr. Prefeito Municipal estava discutindo com o Sinduscon a diminuição do tributo dos vazios. Esse é o grande problema da municipalidade, discutimos aqui, inclusive, não os vazios. Esta semana teve um belo debate aqui, junto com os vereadores da base do governo, sobre os prédios da municipalidade, os próprios municipais que poderiam ser usados, que poderiam ser reformados, restaurados, inclusive vendidos, inclusive fazendo uma parceria com a construção civil de Porto Alegre, porque nós não queremos ter nenhum espaço devoluto, não usado ou mal usado. Não há o enfrentamento, inclusive, das disputas que tem, porque nós citamos aqui. Então, eu digo o seguinte: o prefeito vai e faz um *mise en scène*, diz que gostaria de estar na patrula, ou na retroescavadeira, sei lá, na máquina que vai destruir o muro da Mauá. O prefeito tem que se perguntar o seguinte: depois das administrações Guilherme Socias Villela, João Dib, Alceu de Deus Collares, Olívio Dutra, Tarso Genro, Raul Pont, João Verle; das administrações posteriores, Fogaça, Fortunati, todos esses passaram pela Prefeitura, será que o único que tem a clarividência do mundo é o atual prefeito que vai botar abaixo o muro da Mauá? Primeiro lugar, monte um grupo de estudos moderno, com as novas tecnologias, e vamos discutir. Agora, fanfarras não, né? A fanfarras está aí na pesquisa. Não consegue ter dois dígitos, passados dois anos, quatro meses do seu governo. É uma vergonha.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Queria saudar nossa Presidente da Casa, Ver.^a Mônica, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. Quero seguir na mesma linha do nobre colega, Ver. Adeli Sell, à medida que os jornais divulgam, e a população de Porto Alegre sabe da enorme rejeição ou desaprovação do governo Marchezan em Porto Alegre. Para os senhores terem uma ideia, o Instituto Methodus diz o seguinte: 86,5% da população de Porto Alegre desaprovam o governo Marchezan, 80,28% consideram o governo Marchezan péssimo; e 56% dariam uma nota – vejam só – de um a dois. Eu, meus quatro mandatos como vereador e um como deputado, jamais ouvi dizer que um prefeito da Capital tivesse tamanha rejeição! Mas não é por acaso. Se os senhores lembrarem, o governo Marchezan, ao ser candidato a prefeito, ele mentiu muito. Vou dar aqui alguns exemplos: ele disse que não terminaria com o OP, mas terminou com o OP – a democracia participativa da cidade de Porto Alegre, da Capital do Rio Grande, que muitos prefeitos exportaram, viajaram, falaram muito sobre esse método extraordinário

que tinha a cidade de Porto Alegre e que não tinha a cara, como diziam, do PT. Só porque foi o PT que instituiu, terminaram a democracia participativa. Mas ele disse que não ia terminar. Ele dizia que as obras que eram instituídas com recurso federal não tinham por que parar, e foi só ele assumir o governo, que parou em seguida. Agora algumas estão sendo retomadas porque nós, inclusive, autorizamos aqui a busca de alguns financiamentos. E mais do que isso, o prefeito Marchezan, ao longo desses três anos, Ver. Janta, Ver. Bosco, instituiu uma política de afastamento do cidadão com o Poder Público, ele aumentou a passagem dos ônibus, favorecendo os empresários; ele falou, de fato, que era preciso privatizar, anunciou a privatização, por exemplo, do DMAE e voltou atrás; da Carris, voltou atrás. Ele anunciou, por três vezes seguidas, o aumento do IPTU, exageradamente, aumentando a planta de valores. Mais do que isso, no projeto original, ele reduz o imposto das áreas consideradas áreas especiais de interesse institucional, que envolvem os grandes empresários, e queria aumentar em 30% o valor venal para o cidadão. Possivelmente agora ele deve ter mandado uma mensagem retificativa melhorando o projeto, porque o governo quer votar novamente.

As ações que o governo Marchezan tenta trazer para o debate, ou quer aprovar, são na grande maioria, em tese, negativas, porque atingem a vida do cidadão. Eu creio que isso deve alertar aqui os vereadores da base, porque lamentavelmente nunca aconteceu isso, e, por incrível que pareça, se constituiu uma base de colegas vereadores que agora, com certeza, farão um exame de consciência, porque sinceramente apoiar um governo que não dialoga com a sociedade, que se afasta dos problemas principais, de atenção, de ampliação do atendimento como é o serviço público na saúde... Ele anuncia a privatização do HPS! A privatização ou a concessão, como ele quer falar, de parques e praças, dos prontos atendimentos da Lomba do Pinheiro, da Bom Jesus, da Cruzeiro. Lamentavelmente, o governo Marchezan não sabe por que veio. Qual é a marca do governo Marchezan? É esse índice enorme e negativo da população, que não aguenta mais, que pede: “Sai fora”. Essa é a grande indignação, porque a Cidade está abandonada. Qualquer cidadão que chega em Porto Alegre percebe a burocracia, percebe o abandono. É preciso o prefeito reunir a base, reunir o secretariado e repensar os últimos dois anos. Nós gostaríamos que estivesse muito bem, que o cidadão falasse bem dos nossos governantes e que pudesse fazer com que todos tivessem uma autoestima para poder dizer o quanto é importante a nossa Capital, ter ações concretas, não só de qualidade de vida, mas, mais do que isso, de poder fazer com que os governos que aqui se instalam tenham sucessão. Porque, na verdade, o governo Marchezan, seria uma piada se anunciasse a sua candidatura à reeleição, porque com essa rejeição todos estamos tristes e indignados com a falta de atenção ao cidadão de Porto Alegre.

Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR NELCIR TESSARO (DEM): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste, eu venho a esta tribuna, agradecendo ao Ver. Reginaldo Pujol, meu líder, Ver. Conceição, para falar sobre um assunto que está em página inteira, hoje, do jornal Zero Hora. Um assunto preocupante para a Cidade, preocupante para a segurança das pessoas, dos idosos, daqueles que utilizam a faixa de pedestre, enfim, de todos aqueles que transitam na Cidade de Porto Alegre. É justamente sobre os tais de patinetes. Sei que nós temos uma lei aqui, encabeçada pelo Ver. Marcelo Sgarbossa, em que apresentei quatro emendas nesse projeto, eu só não apresentei uma emenda que acho muito necessária, Ver. Mauro Pinheiro – acho que o Executivo tem que ficar alerta para essa questão dos patinetes em Porto Alegre pelas notícias que foram veiculadas no dia de hoje –, apresentaria uma emenda obrigando o uso do capacete, só que ainda estou pensando nisso porque não se tem onde deixar o capacete. Ou quem vai utilizar o patinete vai comprar o seu capacete para usar? Esta é a grande dificuldade de entender, pois hoje estão deixando os patinetes em qualquer lugar da rua, e ali fica ele travado, porque é através de um cartão de liberação, como colocar de volta o capacete naquele local? Na notícia de hoje deu que, por semana, no pronto socorro Cruz Azul, que fica na Av. Mostardeiro, cerca de sete a dez pessoas ali entram na emergência para serem atendidas por causa da queda, justamente dos patinetes. Os patinetes, hoje, estão transitando no meio dos carros, na faixa, na calçada de pedestre, sem respeitar inclusive onde transitam... A lei do idoso não está sendo respeitada no dia de hoje, pois ela está competindo justamente com isso. Se nós chegarmos até a rua Padre Chagas, ali nós vamos ver, em todas as esquinas, patinetes largados. Não temos limitação da velocidade dos patinetes, sabemos que não pode transitar a mais de 20 km/h, mas estão eles transitando dessa maneira. A minha emenda foi no sentido de que ele tenha que respeitar a lei do idoso, tenha que respeitar a lei do pedestre, não pode ali transitar, e também que seja estacionado em locais em que não atrapalhe o trânsito, o cadeirante, enfim, não atrapalhe os que transitam nesta Cidade. Em Florianópolis já há regulamentação, veio do Executivo em boa hora, limitando a velocidade porque os acidentes eram constantes.

Hoje, se passarmos sobre o arroio Dilúvio, próximo ao prédio do jornal Zero Hora, há patinetes estacionados em cima do arroio, na ponte. Por que deixar ali? Não pode. Eu acho que deve haver pontos onde quem loca o patinete tenha que deixar naquele ponto. Como as bicicletas têm os bicicletários. Somente podem deixar as bicicletas nos pontos onde estão os bicicletários. Não se pode deixar em qualquer lugar na rua. Dizem que tem um *chip*, que no final da tarde vão recolher todos e levar para um depósito, vai haver recolhimento. Tudo bem, e enquanto não houver o recolhimento? Durante o dia, pode ficar em qualquer lugar? Não pode, não! Não pode, não, porque está atrapalhando o direito de ir e vir das pessoas, estão colocando em risco as pessoas que transitam pelos passeios públicos na Cidade, pelas calçadas; está sendo colocada em risco a própria integridade da pessoa, nas quedas que ocorrem de cima dos patinetes.

Então, aqui fica um alerta, quem sabe ainda aperfeiçoar melhor essa lei que está passando pelas comissões, já temos as nossas emendas, e vamos estudar a forma como colocar ali a obrigatoriedade do uso do capacete. Porque uma queda a 20 km/h, a

gente sabe que é uma queda em que, se bate no meio-fio, pode haver uma fatalidade. E nós não queremos que venha a ocorrer fatalidade em um tipo de locomoção, como é o patinete, que veio para ser popular, mas o preço hoje é R\$ 250,00 para locar o dia todo. Muito mais caro que o Uber. Então, fica aqui um alerta, e peço que todos os meus colegas...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal, senhoras e senhores vereadores, estava escutando o Ver. Oliboni, que estava falando da rejeição do Prefeito. Eu acho que nós devemos legislar para o futuro da Cidade, não importando quem seja o Prefeito do momento, até mesmo porque, se nós fossemos olhar a rejeição, ninguém do PT teria se candidatado, porque a rejeição do Prefeito é brincadeira, perto da rejeição do PT. Não teríamos vereadores do PT aqui. Falando em coerência, também, até o ano passado, o PT era contra o plebiscito. O governador Sartori propôs o plebiscito para fazer junto com a eleição de governador e deputados. O PT e a oposição foram contra, o PDT também foi contra o plebiscito. Agora, queriam o plebiscito, não queriam tirar a cláusula que obriga o plebiscito no Rio Grande do Sul. É muito pouca coerência, quase nada, zero. Olha, muitos partidos estão nessa, e, muitas vezes, o meu próprio partido. Eu acho que, se nós, aqui mesmo na Casa, nos debruçássemos em ver o que interessa para a Cidade, para o cidadão, as coisas que interessam no dia a dia... Tem uma coisa impressionante: na Lomba do Pinheiro, por exemplo, hoje li a notícia que faltou água de novo. Acho que isso é um assunto para todos nós, e não é de agora, não é desse prefeito, o problema vem por vários prefeitos, e não se resolve, em uma região importante que teve uma população aumentada em muitas vezes, quase geometricamente, nos últimos anos. Vamos tentar, e eu me comprometo a fazer isso também, primeiro minimizar esses problemas do dia a dia, principalmente das pessoas mais pobres da Cidade. Se bem que a falta de água, quando falta um só dia, não importa se falta para pobre, para rico, para remediado; água é importante e é vida. Eu rerepresentei o projeto sobre o muro da Mauá. O projeto propõe que se derrube o muro, mas a intenção é discutirmos esse assunto, discutir para que um muro daquele tamanho, que é quase do tamanho do muro de Berlim. Para quê? Para separar o rio da Cidade, separar o Cais Mauá da Cidade. Não acredito que seja necessária uma altura daquelas para segregar o cais do resto da Cidade. Então rerepresentei o projeto hoje, desarquivei esse projeto para que se tenha uma discussão sem paixões, que beneficie a população, assim como a população da orla está sendo beneficiada, pois de 40 a 50 mil pessoas por final de semana estão lá na orla, e é um espaço democrático, onde tem pobre, rico, remediado, todos com direito a apreciar e a

desfrutar daquela beleza natural que temos aqui em Porto Alegre. Agora com a apresentação do projeto pela DC Set, ali ao lado da Usina do Gasômetro, acho que está na hora de discutirmos também o muro da Mauá. Eu voltarei mais vezes para falar sobre esse projeto, mas em princípio queria falar aos meus pares desta reapresentação do projeto do muro da Mauá. Chega de vermos um muro e deixarmos de ver o nosso rio fantástico que temos aí de graça. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; colegas, subo à tribuna, rapidamente, utilizando o tempo de liderança do PSDB para falar alguns assuntos importantes que chegaram ao gabinete no dia de ontem. Um deles é sobre a falta de consciência e pertencimento de algumas pessoas que continuam usando as ruas da Cidade como lixeiras. Algumas pessoas aqui nos orientam a não falar assim, porque temos eleitores que, eventualmente, colocam lixo pela janela do seu carro e que não fica bem para quem tem mandato falar isso. Eu vou falar de uma maneira, e peço desculpas, mas o que aconteceu – quero dividir com vocês – na praça do bairro Intercap, onde que há um nível de pertencimento da comunidade, me revoltou, e eu vou dizer o que tem que ser dito: essas pessoas são o que nós chamamos de pessoas porcas – porcas! Elas colocam sempre o lixo pela janela do carro – eu estou me dirigindo às pessoas que fazem isso –, mas são as mesmas pessoas que, há décadas, reclamam de todas as gestões, de todos os partidos quando entope um bueiro. Quando era o PT que governava, que estava na Prefeitura, e alagava a sua rua, a culpa era do prefeito do PT; quando o Fogaça esteve na Prefeitura, a culpa era do Fogaça; quando o prefeito era do PDT, alagava a rua, a culpa era do Prefeito do PDT, mas nunca disseram: “a culpa é minha, porque quem entupiu o bueiro fui eu”. A falta de consciência lá no bairro Intercap levou a comunidade a se revoltar e nos mandar as fotos do que a própria população fez: arrancou placas, feitas com muito carinho por moradores dizendo “Não coloque seu lixo aqui”. (Mostra fotografias.) Foram arrancadas, depredadas. Do outro lado da Av. Bento Gonçalves, existe um “paliteiro”, que os senhores e as senhoras sabem o que é, são canos que foram soldados na entrada de um grande cano, de onde vem um arroio, do outro lado da Av. Bento Gonçalves, e as pessoas, do lado de lá da Av. Bento, entupiram tantas vezes que foi colocado... Sabem quem pagou as soldas dos canos do “paliteiro”, Ver. Tessaro? A comunidade – o morador Marco Peruso, a esposa, o Francisco e outros. E entupiu, agora, de tanto que as pessoas colocam lixo. Sabem o que acontece? Lá do outro lado da Bento transbordam os bueiros, o lixo sai lá embaixo, tivemos que depositar bastante ajuda da comunidade e da Prefeitura para fazer a varrição e o desentupimento. Eu vim aqui, em nome dos moradores da Intercap, dizer para quem depredou, arrancou a placa ou fica jogando

lixo: por favor, tenham um nível de pertencimento maior e se deem conta de que a Cidade é de todos nós.

Sobre a provocação que foi feita por um colega, sobre institutos de pesquisas. Gente, pesquisem esses institutos de pesquisas; pesquisem, vejam muito bem seus resultados passados. Esse mesmo instituto dava, casualmente, a ida para o 2º turno e uma possível vitória para o candidato Jairo Jorge, no governo do Estado. Esse é o mesmo instituto de pesquisas que disse que o Rigotto não ia se eleger – eu vejo o Júlio sentado lá –, disse que o Rigotto, com 3%, não seria governador, e ele foi o governador eleito. Eu acho estranho esses institutos, em determinados momentos, fazerem algumas pesquisas e as divulgarem em momentos eleitorais estratégicos. Eu não tenho nenhum problema em falar sobre o instituto e dizer o seguinte: teremos dois anos ainda pela frente, de muito trabalho aqui, e os partidos que estão trabalhando para que a Cidade seja melhor, acima de interesses eleitorais e partidários, vão certamente melhorar esta Cidade. Nesses dois anos que temos pela frente, teremos muitas entregas importantes e muitos índices favoráveis das pessoas notando que se falou a verdade, desde o início deste governo, falou-se que não seria fácil e que nós não somos uma ilha, estamos numa situação, numa crise que afeta os serviços públicos de Porto Alegre. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, colegas vereadores, ontem, às 7h30min, o impostômetro do Brasil atingiu a marca de R\$ 800 bilhões arrecadados em impostos neste País. Ontem, dia 25 de abril; então nós não chegamos nem ao meio do ano e já pagamos R\$ 800 bilhões. De ontem até agora, às 14h45min, já pagamos mais R\$ 9,385 bilhões em impostos. Em um período inferior a 48 horas, já foram pagos mais de mais R\$ 9 bilhões em impostos neste País. Enquanto o Ver. Moisés Barboza falava aqui, nós ligamos o impostômetro. Durante o seu tempo de cinco minutos, do início até o final, nem levamos em conta a canjinha que lhe foi dada, o senhor gastou R\$ 6,381 milhões. O seu tempo aqui custou ao Brasil R\$ 6,381 milhões em impostos. Isso em cinco minutos, enquanto o Ver. Moisés Barboza estava aqui na tribuna. Esse dinheiro gasto até ontem às 7h30min possibilitaria comprar 1,860 bilhão de cestas básicas, Ver. Mendes Ribeiro, Ver. Hamilton, e resolveria em grande parte o problema da fome do povo brasileiro. Poderiam ser compradas 1,860 bilhão de cestas básicas com esse dinheiro que foi pago em impostos. Se uma pessoa ganhasse dez salários mínimos, poderia viver por 7,198 milhões de anos com esse dinheiro. Imaginem: 7,198 milhões de anos sobrevivendo com dez salários mínimos. Nós estamos no ano de 2019. Então, desde a época de Cristo até agora a pessoa poderia viver com a sua renda e ainda sobriariam milhares, milhares de anos para a pessoa viver com essa renda.

Esses R\$ 800 bilhões renderiam na poupança, ao mês, R\$ 4,705 bilhões. Isso sai do povo brasileiro, sai da mesa do povo brasileiro, isso sai do emprego, isso sai da geração de crescimento de uma família. Isso é o recurso que leva um pai deixar de botar o seu filho na escola, isso é o recurso que faz deixar de se investir no seu próprio bem, no bem da sua família, no bem do trabalhador. Isso é um recurso que faz com que as empresas não gerem emprego, que não permite que se tenha um país competitivo: pagar, até o dia de ontem, até às 7h30min, R\$ 800 bilhões, e virando, após 36 horas, pagar R\$ 9,385 bilhões de impostos.

Então, nós, que ano passado trabalhamos até o dia 11 de junho para pagar impostos, com certeza, este ano, iremos trabalhar um pouco mais para pagar o imposto que não tem retorno na saúde, na infraestrutura, na geração de emprego, na geração de renda, na educação, não tem retorno em nada! E ainda engessa estados e municípios, levando-os a aumentarem mais ainda a carga tributária, porque a fatia desses R\$ 800 bilhões não chega lá na ponta: no povo brasileiro, nos municípios, nas comunidades carentes, nas pessoas que necessitam de toda a estrutura de um Estado que arrecada muito, R\$ 800 bilhões, e se diz falido. Então, nós não aguentamos mais pagar impostos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTA MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Comissário Rafão Oliveira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR COMISSÁRIO RAFÃO OLIVEIRA (PTB): Sra. Presidente Mônica Leal, meus cumprimentos; meus colegas vereadores e vereadoras, pessoal das galerias, da TVCâmara; trago um assunto hoje relacionado com a questão processual-penal e o que o regime semiaberto, que ainda persiste no Brasil, causa de dano à sociedade. E um juiz, quando decide colocar um criminoso num regime semiaberto, assume o risco, mais do que nunca, desse criminoso produzir um mal muito maior à sociedade, não lhe dando a devida punição. Cito aqui o exemplo dos assaltantes, dos criminosos que mataram um pai e um filho em Estância Velha. Parabênizo a Brigada Militar pela apreensão, pela captura de um dos latrocidias, sendo que o outro está foragido – pasmem os senhores! –, está foragido com a concessão do direito do regime domiciliar, ou seja, ele está preso, por falta de tornozeleira eletrônica, em regime domiciliar, ele está preso em casa. Como vou explicar isso para alguém? Ele está preso, mas está em casa! Aí, ele sai, comete um assalto e dá um tiro num pai e num filho que estão trabalhando. Que justiça é essa que queremos? Como faremos um Brasil livre, justo dessa forma, sem a devida punição? Dessa forma, o crime continuará compensando, porque não há nada que impeça o mal maior.

Na mesma linha, senhores, eu digo que o STF concedeu a possibilidade de o ex-presidente Lula dar uma entrevista coletiva, sendo que foi negada em 1º e 2º graus pelo juiz que conhece, realmente, o processo e sabe da alta periculosidade desse sujeito que assaltou 200 milhões de brasileiros, que colocou este País, há mais de duas ou três

décadas, no fundo do poço. Esse senhor não tem nada a falar numa coletiva de imprensa, ele é um presidiário condenado. O que querem saber os jornalistas? Como se monta uma organização criminosa? Querem saber como se assalta uma nação, é isso que querem saber? O que querem passar para os meus filhos e para os seus filhos ao assistirem a essa entrevista? Que um ex-presidente utilizou seu cargo para assaltar uma nação, assaltar os cofres públicos, matar uma geração inteira? Vai demorar anos e anos para nós recuperarmos o estrago que esse senhor, o ex-presidente Lula, fez a nossa Nação. Por que um presidiário tem direito à entrevista coletiva? O que esse cidadão tem de bom para passar? Nada, absolutamente nada. Num país sério, estaria condenado à prisão perpétua; em outros, até à pena de morte. Querem saber, para mim, é a pena máxima para ele. Não há necessidade nenhuma de esse sujeito estar solto. E que sirva de exemplo, o exemplo vem de cima, não com essas benevolências. Muito obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara; eu vim fazer um pronunciamento sobre um tema específico, mas de muita gravidade e de interesse universal, que é o tema da saúde. Nós realizamos, no dia de ontem, no refeitório do Hospital de Pronto Socorro, o HPS, uma plenária de servidores, médicos, enfermeiros, técnicos, nutricionistas, assistentes sociais, psicólogos, administradores, uma reunião com mais de cem trabalhadores do HPS, cuja essência foi a necessidade de se organizar uma luta sustentada contra a tentativa do governo Marchezan de privatizar a gestão do HPS, com o nome de terceirização. Isso é um escândalo na cidade de Porto Alegre, porque nós estamos falando do coração da saúde da nossa Cidade. E os modelos, os exemplos que existem de terceirização... Não sei se o prefeito Marchezan se espelhou no escândalo da Gamp e na corrupção de Canoas para fazer essa proposta indecente de privatização a um serviço essencial para os porto-alegrenses. Nós já sabemos que o governo tem atacado a saúde, e já está em processo de privatização dos prontos atendimentos da Bom Jesus e da Lomba do Pinheiro, atacando a saúde de Porto Alegre nos bairros da periferia da nossa Cidade, o que também é um ataque muito grave à saúde pública. Em última instância, é um ataque à Constituição brasileira, de 88, que prevê que a saúde deve ser pública e só ser atendida pelo privado subsidiariamente. O governo Marchezan está fazendo o oposto, está privatizando a nossa saúde, cujos exemplos de administração são de corrupção, como foi o caso da terceirização da segurança aqui com o Instituto Sollus; como foi o caso da Gamp, em Canoas. Não podemos brincar com a saúde de Porto Alegre - o HPS é um hospital de excelência. Essa manifestação que fizemos ontem foi só a primeira, Ver. Oliboni - estivemos lá eu e o Ver. Marcelo Sgarbossa. Há um processo de resistência em curso, e vamos conversar

e debater com o Simers, com o sindicato da saúde, vamos buscar organizar uma forte resistência contra a privatização dos prontos atendimentos da Lomba do Pinheiro, da Bom Jesus e do HPS, que é o coração da saúde da Cidade. É muito importante termos em conta isso, porque não faz nenhum sentido a privatização. Aliás, é muito grave o diretor de um hospital, que tem como obrigação fazer o gerenciamento do hospital, dedicar o seu tempo a buscar parceria privada, inclusive já pagando consultoria para apresentar um modelo de privatização. É muito grave isso. Nós consideramos que isso ameaça seriamente a saúde: primeiro, porque tira o controle público sobre uma área essencial; segundo, porque desqualifica o serviço, e a desqualificação do serviço se expressa, sim, na terceirização. Quando uma determinada lei, como é o projeto que o governo Marchezan quer aplicar, transfere para a iniciativa privada a responsabilidade da contratação da mão de obra para prestar esse serviço essencial, esse tipo de projeto faz com que um trabalho essencial passe a ser controlado por uma gestão privada, cujo interesse é o lucro. Na medida em que controlam a mão de obra, na medida em que fazem as contratações, hoje podem contratar, amanhã podem demitir, amanhã podem não pagar. Nós já temos o exemplo no próprio HPS: a empresa terceirizada dentro do HPS, responsável pela portaria, tem 20 trabalhadores, Ver. Mendes, que estão trabalhando sem receber há quatro meses. É um escândalo que está ocorrendo ali no HPS, com a terceirização, na portaria; imaginem o controle privado do conjunto do hospital. Isso significa ameaça clara à continuidade de um serviço fundamental; portanto, nós estamos tratando de organizar essa resistência e conclamamos a todos os vereadores: dia 09 de maio, Ver. Dr. Goulart, que é médico e que sabe da importância que tem a saúde pública, nós faremos a inauguração oficial da frente parlamentar em defesa do HPS. Nós queremos que essa mobilização seja a mais unitária possível. Nós também chamaremos a mobilização contra a privatização do pronto atendimento da Lomba e da Bom Jesus, e chamaremos a mais ampla unidade de todos os setores da sociedade gaúcha e porto-alegrense para defender a saúde pública. Não é à toa que o prefeito Marchezan está com a popularidade lá embaixo, mas embora esteja com a popularidade lá embaixo, não aprende. O interesse da sua gestão é atacar os interesses da cidade de Porto Alegre, fazer o serviço sujo que outros governos não fizeram e que ele está fazendo com a sua política neoliberal e antipopular. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mendes Ribeiro assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Presidente Mendes Ribeiro, demais vereadores e vereadoras, público das galerias e público que nos assiste na TVCâmara, eu escutei atentamente o Ver. Robaina, que me antecedeu na tribuna, e quero lhe responder a respeito de privatização. Na verdade, eu discordo de V. Exa. em

vários temas – eu lhe respeito, V. Exa. sabe, estamos sempre conversando e trocando ideias –, mas discordo dos seus posicionamentos.

Quando V. Exa. diz que foi contratada uma consultoria para privatizar o HPS; primeiro, consultorias são contratadas pelo gestor para ajudar a tomar uma decisão, é uma metodologia que utiliza o bom gestor para saber melhor o que fazer, para tomar uma decisão o mais correta possível, e aqui a nossa ideia é sempre tomar uma decisão para o melhor da população como um todo. Quanto aos postos de saúde, prontos atendimentos da Bom Jesus e Lomba do Pinheiro, em nenhum momento se falou em privatização dos postos de saúde. O que nós queremos fazer é uma contratualização, bastante diferente de privatização, em que nós também vamos buscar uma organização social que também não tem fins lucrativos; nós queremos uma organização social que possa gerir os dois prontos atendimentos, transformando-os em UPAs, onde vamos melhorar o atendimento, inclusive melhorar a parte física, o que vai resultar em mais recursos financeiros do governo federal para Porto Alegre, com isso, melhorando o atendimento, tendo, como V. Exa. falou, mais condições de contratar médicos, enfermeiros, com mais dinamismo. Nós queremos, sim, uma saúde pública, mas não necessariamente uma saúde pública e estatal. Essa é a grande diferença. O senhor gostaria que tudo fosse estatizado, que o Estado se tornasse gigantesco; aí o senhor quer que todos sejam contratados de forma estatal, por um estatuto que possibilita, como no governo do Estado anos atrás, quando os professores, já que eram estatutários, fazer greve todos os anos, e os alunos ficavam dois, três meses sem aula. Hoje, de forma emergencial, podem substituir os professores, diminuindo as greves no Estado. Então nós queremos, sim, que o serviço seja público, mas não necessariamente estatal. Nós queremos gerenciar, como muito bem disse o Ver. Valter Nagelstein, contratos e não pessoas. Nós podemos fiscalizar, nós podemos ter instituições como, por exemplo, os hospitais de Santa Casa do Brasil inteiro são contratados pelas prefeituras e prestam um excelente serviço.

Então, se o serviço é bem executado ou não, não depende de ser estatal ou ser contratualizado, depende, sim, de um bom contrato, de uma boa gestão, de uma boa fiscalização desses contratos. É nisso que eu acredito. Pelo senhor, nós teríamos tudo estatizado e, melhor ainda, nem precisaria cobrar impostos, só não sei como se paga. Porque, aqui, quando se fala em buscar recursos financeiros, através das receitas, e as receitas do Estado são geradas por impostos, ninguém quer pagar imposto, ninguém quer cobrar imposto. Então, não precisa cobrar imposto, estatiza tudo, contrata mais e mais funcionários, só não sei como se consegue fazer a gestão deste Estado. Eu não consigo entender, porque todas as vezes que eu vi gestão desse tipo sempre aconteceu o pior, o País quebra, a sociedade acaba não tendo atendimento.

Portanto, nós queremos um Estado que tenha uma saúde pública, mas não necessariamente toda estatal. Que seja estatal aquilo que tenha que ser e que nós queremos, sim, gerir contratos e não gerir cada indivíduo, cada pessoa. O nosso maior interesse é que o estado não seja gigante, mas, sim, um estado que atenda bem a população. Nós estamos preocupados é que, quando a pessoa for ao posto de saúde, seja bem tratada, seja bem acolhida, que tenha um bom atendimento público, mas não

necessariamente ser estatal - essa é a grande diferença do seu pensamento para o nosso. Por isso, eu sou o líder do governo Marchezan, e o senhor é o líder da oposição, pois nós pensamos de forma diferente e vamos fazer esse debate achando o que é melhor para a sociedade. Então, certamente, não poderei estar presente nessa resistência do dia 9 de maio, porque penso diferente de Vossa Excelência. E faremos, sim, o bom debate, discutindo se o Estado tem que prestar o serviço público ou temos que estatizar para construir, partidarizar o nosso Estado através de servidores públicos filiados ao seu partido. Nós queremos, sim, que os postos de saúde tenham bom atendimento, que sejam públicos para que a população seja mais bem atendida. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado, Ver. Mauro Pinheiro. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h16min.)

* * * * *